

	<p><u>ATA DE REUNIÃO</u></p>
 <p>Tipo de Reunião: ORDINÁRIA Data: 19/05/2016</p>	<p style="text-align: center;"><u>CONSELHO GESTOR DA APA DO SANA - SANAPA</u></p> <p>Pauta:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Renovação da grade do Sanapa para o biênio 2016/2018; 2) Informes Gerais.
	<p>Conferido o quórum, às 10h30min, inicia-se a assembléia ordinária, com a Sra. Lívia Souza anunciando a ordem do dia, ou seja, abertura da reunião, verificação da presença e a aprovação de pauta, caso haja alguma proposição. O secretário executivo informa que não enviou a ata da reunião anterior para aprovação, pois esteve envolvido com o cadastro ambiental rural. Informa que fará o envio por e-mail para que seja aprovada. Com relação aos informes que a Sema tem a fazer sobre a pauta do dia, Lívia lê artigos do regimento interno do Sanapa que se referem à composição do conselho e à exclusão de entidades faltosas. Sugere que a avaliação das entidades passíveis de exclusão seja feita após a renovação do Conselho, que se dará em outubro. O Vice- presidente do Sanapa informa que entrou em contato com os secretários das pastas que compõem o Sanapa e estes disseram estar passando por momento de transições na secretaria, mas reafirmaram o interesse em participar do Conselho. Reforça a sugestão de que as exclusões sejam analisadas a partir da próxima composição do conselho. O Secretário executivo fala do compromisso que os conselheiros devem ter com o Conselho, independente das mudanças por que passam as secretarias, informando à secretaria executiva das mudanças internas para que as atualizações possam ser feitas. O Sr. Márcio Nascimento reforça que as entidades faltosas devem ser procuradas e que o conselho deve ser fortalecido e não esvaziado. Lívia fala que as instituições da sociedade civil devem estar devidamente habilitadas, segundo a legislação civil. Quanto a frequência que as documentações devem ser apresentadas, corresponde à renovação do Conselho, ou seja, a cada dois anos. Informa que as substituições dos membros devem ser solicitadas por ofício encaminhado ao Presidente do conselho. Defende que caso não</p>

venha o titular ou suplente da entidade do Sanapa à assembléia, uma terceira representação possa ser indicada, por ofício, para a assembléia em questão. O Sr. Cristiano defende que quando a terceira representação for o próprio secretário da pasta, o ofício torna-se desnecessário, pois ele é o representante maior da pasta. O Sr. Márcio sugere que essas questões estejam em regimento interno, propondo que este seja revisto. Continuando, Lívia afirma que, segundo o setor jurídico da Secretaria de Ambiente, os documentos necessários por parte da sociedade civil são: carta ou ofício informando o interesse da instituição em participar do Conselho, bem como a indicação dos conselheiros; o CNPJ atualizado; a ata da constituição da instituição; a ata de posse da atual diretoria; ata da assembléia de eleição dos representantes titular e suplente do Sanapa; ata da última assembléia da instituição; estatuto social, que deve estar registrado em cartório e os documentos do representante da instituição no conselho. O Sr. Márcio defende que a ata da assembléia de fundação da entidade, a ata da assembléia de eleição da atual diretoria e seu estatuto devem estar registrados em cartório. Ressalta a necessidade de entender as entidades segundo seus estatutos no que se refere à regularidade das assembléias da instituição. Fica definido que as atas das assembléias de constituição da instituição e da eleição da atual diretoria, a ata da última assembléia bem como o estatuto social da instituição, devem estar registrados em cartório. Suas cópias serão conferidas com os originais pelo secretário executivo do Sanapa. As entidades cujos representantes sejam membros da diretoria ficam isentas de apresentar ata da assembléia que indicou tais membros. Reforça que a não apresentação de tais documentos pode implicar na exclusão da mesma. Afirma ainda que o regimento interno trata da legalidade da instituição e não de sua idoneidade. Acrescenta que a idoneidade deveria ser comprovada caso o conselho administrasse recursos. O vice presidente afirma que o Sanapa pode pleitear projetos de outras fontes pagadoras, como o Fundo ambiental, por exemplo, para realizar projetos para a APA do Sana. Diz que o fundo ambiental está aberto a receber tais projetos. Lívia diz que não há legislação que obrigue o repasse do ICMS verde para as unidades de conservação e que há no FUNDAM uma verba destinada para APA do Sana e outras unidades de conservação, que acabam sendo redirecionadas ao longo do ano, por conta de crises e outras prioridades. Afirma que o problema do fundo não é o Secretário de Ambiente e sim a gestão do fundo que sempre emperra o andamento dos processos. Afirma que o Fundo é uma entidade independente da secretaria de ambiente, administrativamente falando. Reforça que os editais de outras fontes financiadoras são os melhores caminhos para executar projetos. O Sr. Cristiano fala que pedir apoio das pousadas e comércios locais, depende de uma mudança de opinião por parte desses empresários, pois no entendimento atual, o recurso deles deve ser investido em seu negócio e não no Sana. Afirma que há um desgaste muito grande, pois se esforça para escrever projetos e levantar prioridades para, por fim, a verba ser desviada para outro objetivo. O vice presidente informa que todos os projetos enviados à Sema são avaliados e passam pelo crivo dos técnicos, acrescentando que a morosidade no processo é por conta da Sema ser totalmente legalista. Sugere que o Sanapa crie uma câmara técnica de projetos, para submetê-los à prefeitura. O secretário executivo fala que isso é uma perda de tempo e que tais projetos devem ser submetidos a outras fontes de recurso. O vice presidente afirma que o fundo, esse ano, tem o orçamento bastante comprometido, com a reconstituição da Ilha

Leocádia, que vai virar uma Unidade de Conservação. Reafirma que os projetos apresentados à secretaria de ambiente serão avaliados e submetidos ao Fundo Ambiental. Afirma que uma solução que está sendo estudada pela Secretaria de ambiente para dar mais operacionalidade ao Fundo é a criação de editais. Fechando o assunto da renovação do Conselho, fica combinado que a secretaria executiva irá informar os documentos necessários a serem apresentados. Acrescenta que quando chegar outubro, a tabela de presença será zerada e que uma nova contagem de faltas iniciar-se -á a partir daí. Diz que será necessário definir prazos para a entrega dos documentos, que segundo o regimento interno é de 30 dias antes da renovação do Conselho. Lívia sugere que esse prazo seja estendido para 45 dias antes da data da renovação. Precisar ser vista a data da divulgação das entidades habilitadas a participar do conselho, bem como a data da reunião de posse dos conselheiros e recondução do secretário executivo. Feito tudo isso, deve ser acertada a data da publicação da renovação do Sanapa. Dando seguimento, Lívia pede que sejam passadas ao secretário executivo quaisquer informações sobre projetos que as entidades venham desenvolvendo, para que sejam apresentados nos assuntos gerais. Informa que o coletor de óleo de cozinha está agora instalado no Macaé facilita. Nos assuntos gerais, Lívia propõe a criação de câmaras técnicas do Sanapa, lendo o que diz o regimento interno a seu respeito sobre sua constituição e competência. Propõe a criação das seguintes câmaras técnicas: Institucional Legal; Instrumento de gestão e educação ambiental, comunicação e mobilização. Fala ainda sobre os grupos de trabalho, que podem ser formados independentes das câmaras técnicas, deliberado pela própria plenária. Reforça que com o trabalho das câmaras técnicas, a pauta do dia tem mais fluidez e eficácia. Sugere que essa proposta seja avaliada pela plenária para que na próxima assembléia seja deliberada a criação das câmaras técnicas. O secretário executivo diz que na atual conjuntura o conselho não tem como constituir tantas câmaras técnicas, por conta da falta de participação efetiva dos seus membros nela. Sugere que seja criada apenas uma câmara técnica, de instrumento de gestão, que é a mais urgente, por conta dos temas que tem para tratar. O Sr. Carlos Jeronymo diz que há uma grande confusão sobre a questão da legislação pública em áreas privadas, pois a APA é constituída por áreas privadas e, portanto, não compete ao poder público legislar e normatizar sobre essas áreas. O Sr. Márcio diz que deve ser levada em conta a legislação vigente e o interesse difuso da comunidade. O vice presidente diz que a câmara técnica deve levantar as informações e que a decisão política caberá à plenária. Defende a criação de grupos de trabalho para tratar de empreendedorismo ecológico e análises de projetos. O Sr Carlos pergunta ao conselho qual a identidade do Sana, quem é o povo do Sana, o que o Sana produz. Diz que quando se faz uma ação na comunidade deve se levar em conta essas perguntas. O Sr. Luiz Nascimento diz que o excesso de contingente foi tirando a identidade do Sana. O Sr. Carlos diz que a intenção era lançar a pergunta para os gestores do Sana, para saber se estes conhecem quem são as pessoas do sana, o que elas fazem, qual a sua identidade. Com a palavra, o Sr. Rogério Valença diz que o que foi dito é no intuito de conhecer a realidade do Sana para propor coisas adequadas à realidade do local. Paulo César afirma que o Sana é formado por pessoas que trabalham em produção agrícola e não só pelas pessoas do arraial, que quem pensar apenas no Sana como o arraial vai errar na sua análise. O Sr. Marcello Loureiro diz que é preciso fazer um

inventário turístico do Sana, para que se saiba o produto turístico do local. O vice presidente sugere que seja constituído um grupo de trabalho voltado para o empreendedorismo. Com a palavra o Sr. Cristiano fala que as visões sobre o Sana são micro e que cada um tem um olhar sobre o Sana. Afirma que para muitas pessoas a identidade do Sana é o que elas encontram no centro do Sana, em um sábado a noite, durante o feriado. Que a doideira vista nessas ocasiões é confundida com a identidade do local. Reclama o fato de não haver lugar algum que conte a história do Sana, seus documentos importantes que contam a construção do lugar. Cita o exemplo de pessoas da localidade que tem seu comércio nas calçadas, mas reclamam quando pessoas de fora chegam e colocam suas barraquinhas na rua. Ambos não têm autorização para tal e precisam de regulamentação. Afirma que quando um comerciante vê a quantidade de pessoas que vem ao Sana, ele pensa apenas em estabelecer um negócio que atenda seus lucros, sem responsabilidade com o local. Conclui que sempre sonhou com o turismo ambiental no Sana, mas diz que isso fica difícil, se, durante a noite, o som alto atordoava o Sana. Diz que ampliou muito sua visão sobre as questões ambientais, mas vê o quanto é difícil isso no Sana. O Vice presidente cita o projeto TAMAR que contratou caçadores de ovos de tartarugas para serem guias em atividades de turismo ambiental. Sugere que no Sana seja fomentado um empreendedorismo sustentável para tentar mudar a realidade local. O Sr. Márcio cita a tradição do futebol que é bem característico do Sana que, por falta de diálogo, faz com que alguns impactos sejam causados por parte dos visitantes que vem exercer essa prática no Sana. Refere-se ao uso desregulado que os visitantes fazem das áreas públicas, que, em alguns casos, causam transtornos aos moradores. Lívia reforça a importância da criação da câmara temática para que os assuntos recorrentes nas assembleias possam ser desdobrados sem que haja desgaste da plenária. Com a palavra, o Sr. Rogério Valença, diz que o projeto de Lei do Pousio foi encaminhado para a Câmara dos Vereadores e está aguardando a sua votação. Fala sobre o empreendimento coletivo agrícola do Sana, afirmando que a agricultura familiar municipal tem uma célula no Sana. Essa agricultura faz o fornecimento de gêneros para a merenda escolar e o Sana contribui com banana e aipim, principalmente. Fala que de junho a dezembro de 2015 foram fornecidas 40 toneladas de banana prata, sendo a metade dessa produção oriunda do Sana. Diz que o Sana faturou 60 mil reais só com a banana prata, embora tenha vendido outros gêneros. Fala que a associação APAF está pleiteando uma área pública para beneficiamento de alguns produtos agrícolas, área essa que fica perto da estação de tratamento de esgoto. Nesse local, que funcionará como entreposto, será instalada uma câmara frigorífica. Pede ao conselho que encaminhe um ofício para a secretaria de agroeconomia, apoiando a compra dessa câmara frigorífica bem como a doação da área pública à Associação de produtores e agricultores familiares do Sana. A plenária delibera favoravelmente ao envio do ofício para a secretaria de agroeconomia. Cristiano diz que um dos compromissos do presidente da APAF, Marcos Aurélio, ao apresentar o projeto em reunião da Associação de Moradores do Sana, foi o de apresentar o projeto em sua íntegra, garantindo que ele será feito dentro de padrões estéticos adequados ao Sana. A sra. Lívia pergunta se há alguma determinação para que a produção da agricultura familiar seja orgânica e que não sejam utilizados defensivos agrícolas. A sra. Lívia diz que existe uma associação de agricultores, na região do Tirol, que é replicadora de certificação orgânica, afirmando que pode passar o contato da instituição para o Sr.

Marcos Aurélio. Finalizada toda a pauta, sem mais nada a deliberar, encerra-se essa assembléia ordinária, as 12:54, secretariada e abaixo assinada por mim e pelos conselheiros presentes.

SEMA -

Suplente: Marcello Loureiro

ESANE –

Titular- Pablo Moreira Caetano

COORDENADORIA DE DEFESA CIVIL

Titular: Paulo César Rezende de Jesus

SECRETARIA DE AGROECONOMIA-

Titular: Rogério F. de Carvalho Valença

SANA FUTEBOL CLUBE

Suplente. Alexandre Haddad

GDEPS

Tiular: Luiz Nascimento

APPAC TORORÓSANA

Titular: Márcio Nascimento

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO SANA

Titular: Cristiano Peçanha

APAF SANA

Titular: Marco Aurélio P. Araújo

AMPRET-CS

Titular: Nilson Mendonça Mozer

VICE PRESIDENTE:

Henrique Charles

SECRETÁRIO EXECUTIVO

Mauricio Saes